

ASOCIACIÓN DE DEMOGRAFÍA HISTÓRICA

Consejo Directivo

Presidente de Honor: Jordi Nadal i Oller
Presidente: Vicente Pérez Moreda
Vicepresidente: David-Sven Reher
Secretario General: Josep Bernabeu Mestre
Vocales: Norberta Amorim
Joan Serafí Bernat
Francisco Chacón
Fausto Dopico
Antonio Macías
Angels Torrents
Tesorera: Socorro Sancho

Envío de correspondencia:

Josep Bernabeu Mestre
Departament de Salut Pública
Universitat d'Alacant. Campus Universitari de Sant Joan
Ap. de Correus 374
03080 Alacant

Comité de Redacción del *Boletín de la ADEH*

Secretario del Comité: Arturo Rafael Ortega
Miembros: Norberta Amorim
Fausto Dopico
Antonio Macías
Vicente Pérez Moreda
David-Sven Reher
Isabel dos Guimaraes Sá

Publicación cuatrimestral distribuida a todos los miembros de la Asociación de Demografía Histórica

Envío de originales:

Arturo Rafael Ortega Berruguete
Departamento de Historia Contemporánea
Facultad de Ciencias Sociales y de la Información
Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea
48940 Leioa (Bizkaia)

ASPECTOS DA EMIGRAÇÃO NO NOROESTE PORTUGUÊS – O DISTRITO DO PORTO NO SÉCULO XIX

Jorge Fernandes ALVES
Universidade do Porto

1.

Um autor mercantilista do século XVII, Duarte Ribeiro de Macedo (1675: 218), ao propor a "introdução das artes" em Portugal, argumentava que "não sai da sua pátria quem têm subsistência certa na própria", radicando deste modo as colónias e os descobrimentos, essa primeira fase da diáspora portuguesa, num clima económico-social limitativo e expulsivo. Por outro lado, alguns estudos têm sublinhado a importância de longas histórias de emigração massiva (que se objectiva em redes, hábitos e grande informação) como incentivo à persistência de partidas e, mais do que isso, tornando a emigração numa estratégia de rotina, generalizada e consensual face à necessidade de resolução de tensões familiares e sociais.

Estas duas vertentes não esgotam a problemática da emigração, tanto mais que esta é, essencialmente, um fenómeno de relação entre dois espaços e, nessa medida, articula-se sempre com a zona de recepção. Mas ajudam-nos a balizar a emigração tradicional do Noroeste português que, disfrutando de um espaço colonial para cuja ocupação contribuiu em grande escala –o Brasil–, continuou a encarar como uma boa solução o encaminhar dos seus filhos para esse território, mesmo depois de a independência política ter alterado radicalmente o quadro anterior. O conceito

de "emigração em cadeia" torna-se aqui operativo, na medida em que esta emigração se apoiou, em parte, nas conexões familiares, de compadrio e de vizinhança que proporcionaram chamadas e apoios para a primeira instalação e criaram mecanismos de balcanização no mercado de trabalho, nomeadamente o controlo do pequeno comércio a retalho em zonas tradicionais de recepção. Assim se representava o problema há século e meio (Anónimo, 1843: 321), numa imagem de expansão capilar: "A razão da maior emigração da gente do Minho encontra-se facilmente no grande número de negociantes e lojistas dessa Província, que hoje se acham estabelecidos no Rio de Janeiro, e noutros portos, os quais pela sua relação de parentesco, vizinhança e amizade atraem muitos mancebos àquela Corte, onde são quase exclusivamente empregados como caixeiros em lojas e armazéns".

Com o decorrer do tempo, esta representação torna-se gradualmente menos ajustada à realidade, ainda que as novas modalidades de emigração (contratada ou subsidiada pelos agentes do governo brasileiro e destinada às plantações, como forma de substituição do trabalho escravo e de origem predominantemente rural) coexistam com a emigração tradicional, esta destinada não só ao caixeirato urbano mas também para o mundo das artes ou "ofícios". Esta mutação implica alterações nos padrões demográficos e sociais da corrente emigratória, não obstante a diluição criada na sobreposição dos dois modelos. À medida que se avança no tempo, será o próprio governo brasileiro a modelar os padrões da imigração. A contratação ou o subsídio que em seu nome se negocia passa a dirigir-se apenas a determinados indivíduos: a) numa primeira fase, pelos meados do século XIX, a sua preocupação é direccionada para os indivíduos jovens e rurais, havendo indicações precisas para não se contratarem indivíduos de origem urbana, dadas as suas expectativas dirigidas para o comércio, o que se traduzia em abandono e fuga das fazendas rumo às cidades; b) numa segunda fase, a preocupação dos empregadores volta-se para as famílias, como forma de assegurar o trabalho de grupos estáveis e de mais difícil movimentação, a fim de evitar as fugas e prolongar a relação contratual.

De que forma o quadro geral aqui esboçado se ajusta à realidade local?

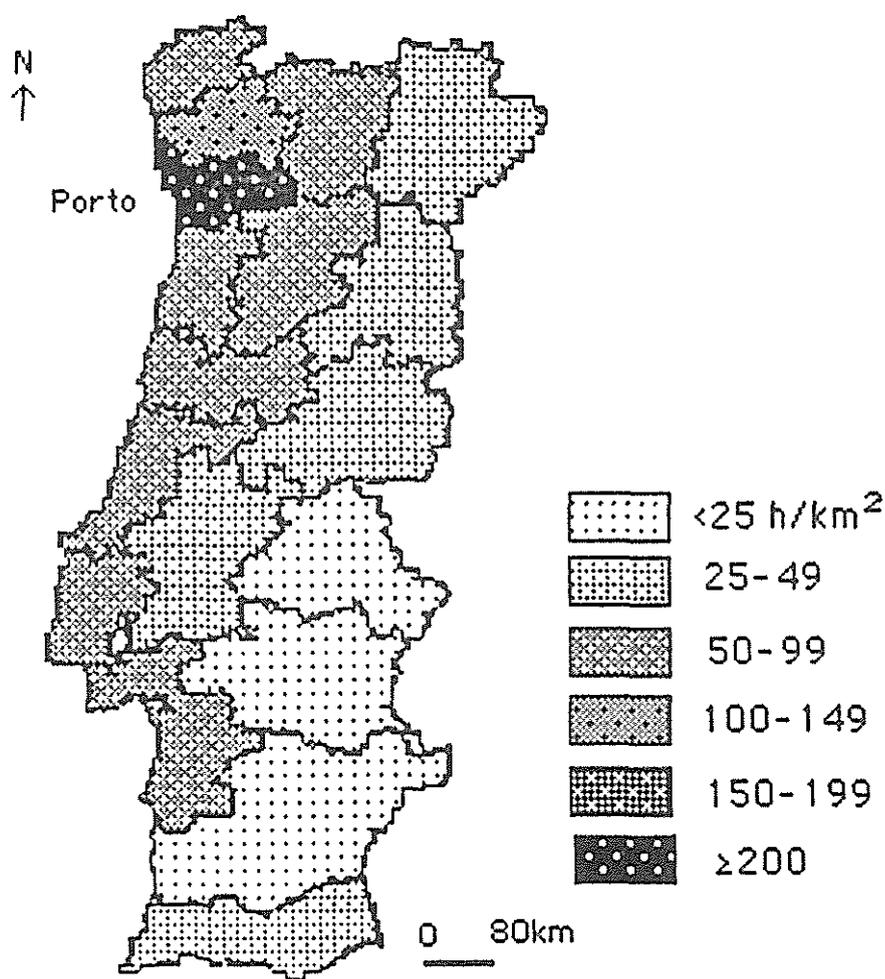
2.

Sendo certo que esse ajustamento variará de região para região e de época para época, de acordo com a tradição emigratória e a conjuntura mais ou menos propícia aos factores de repulsão/atracção, procuraremos

reflectir sobre esta problemática, partindo de uma investigação já realizada sobre o distrito do Porto no período oitocentista (Alves, 1994).

A área distrital do Porto, no Noroeste de Portugal, apresenta uma longa e profunda história de migrações. Fenómeno que se relaciona, por um lado, com uma importante vitalidade demográfica que provoca a maior densidade populacional do território continental – 150 habitantes/Km² no ano de 1838, 200 h/Km² em 1878 e 258 h/Km² em 1900 (Mapa I)–. Um crescimento demográfico acelerado, que explica o sentimento de um "mundo cheio", particularmente nos campos da região.

Mapa I: Densidade populacional em Portugal, por distritos – 1878



Por outro lado, e já ao nível do "habitus", a emigração surge como uma das estratégias de distribuição profissional, integrada num sistema de reprodução social que procurava superar a fragilidade económica do minifúndio: tentando reservar a terra para um filho a privilegiar, numa sucessão entrelaçada com a preocupação de assegurar o auxílio na vel-

hice, os pais procuravam encaminhar os restantes filhos para vias alternativas, tais como o comércio, o artesanato, a burocracia ou a carreira clerical, e a emigração. De resto, quando a emigração não surgia logo como primeira opção, algumas daquelas vias acabavam por resultar apenas em etapas prévias a uma emigração mais tardia, quer por razões de preparação aconselhável (incluindo a inserção em redes já operativas), quer por necessidade de amealhar os custos de passagem para evitar o contrato de engajamento, quer ainda como resultado de novas expectativas entretanto criadas. Finalmente, para muitos que não tinham acesso à terra ou viam a pequena propriedade volatilizar-se num rápido jogo de dívidas e hipotecas, a emigração apresentava-se como simples estratégia de sobrevivência, buscando-se o "além económico" que a terra-mãe sonhava.

Nesta perspectiva, a emigração inscreve-se num quadro importante de migrações, que, desde há séculos, tinham como destino as cidades portuárias, os campos do Sul (Alentejo e Castela) e o litoral Norte, aqui como fenómeno de recomposição do mercado de mão-de-obra para compensar a emigração que se verificava localmente. Comportamentos generalizados ao Noroeste Peninsular, pois muitos habitantes da Galiza integravam tais deslocamentos, co-protagonizando com os portugueses estas "peregrinações de trabalho", que rentabilizavam o excedente de mão-de-obra existente no grupo familiar. Mas a tradicional ligação ao Brasil será determinante nestes movimentos, para lá se dirigindo anualmente vários milhares de emigrantes saídos da barra do Douro.

O Brasil representava, na verdade, um "horizonte mítico", praticamente desde sempre, pois portuenses houve ligados à própria descoberta das Terras de Vera Cruz (recorde-se Pero Vaz de Caminha, o autor da célebre "carta do achamento"). Os sucessivos ciclos económicos (do ouro, do açúcar, depois do café) arrastaram gente nortenha das mais variadas condições sociais e estabeleceram um relacionamento económico decisivo para o Norte de Portugal. O nível factual evidencia mesmo a estreita ligação do pulsar económico do Norte, e da Praça do Porto em particular, às cadências e arritmias da economia brasileira: o fluxo comercial e, especialmente, as remessas dos emigrantes (sob a forma de ofertas a familiares, investimentos ou de poupanças de retorno) ajudaram a criar desde muito cedo uma estreita dependência, configurando uma verdadeira "economia de subsídio" para o Norte de Portugal.

Esta saída para o exterior, debate-se, contudo, com um quadro legislativo que se pretendia desmobilizador da corrente, ainda que na prática resultasse bastante permissivo. Com efeito, a imagem agressiva das leis anti-emigração e do discurso a elas subjacente pode interpretar-se de duas formas complementares:

a) por um lado, como resultado da disputa entre a família e o Estado sobre a tutela do indivíduo. A família viu, com a criação do Estado liberal, esvaziar-se grande parte da sua autoridade, baseada em laços de dependência pessoal, com o Estado a afrontar os interesses familiares e a apontar novas direcções ditadas pelos superiores interesses da Nação. Não admira, assim, que o discurso anti-emigratório represente a emigração como uma patologia social, face às insistências familiares que se mostravam, por exemplo, refractárias ao cumprimento do serviço militar e insistiam em colocar cedo os filhos na emigração.

b) por outro lado, com o Estado a resignar-se gradualmente à saída dos emigrantes, reconhecendo a sua incapacidade para alterar a natureza expulsiva do quadro económico-social, e a tentar criar dispositivos legais favoráveis à dispersão familiar, como meio de garantir as remessas monetárias de que se tornou dependente.

Quadro legislativo que naturalmente evoluiu com o tempo, ajustando-se aos problemas conjunturalmente mais pertinentes (contratos de locação de serviços, condições de viagem, recrutamento militar, clandestinidade...). Sobre este pano de fundo, naturalmente redutor e sintético, se deslocava o emigrante, procurando desvencilhar-se das situações de conflitualidade, construindo a sua própria autonomia, (re)criando o seu projecto individual.

Com base na análise serial dos registos de passaportes, é possível fornecer algumas configurações quantitativas sobre os fluxos migratórios do distrito, desenhando desde 1836 a evolução de algumas variáveis pouco comuns à estatística oficial, tanto mais que esta só assume um carácter sistemático neste sector a partir de 1885.

Um indicador como a taxa bruta de emigração (Gráfico I) permite visualizar a intensidade do fenómeno e a sua evolução. Com um nível que oscila entre os 4 a 10‰, a emigração apresenta para este período três picos bem marcados: 1853-56, atingindo aqui valores entre 11 e 20‰; 1871-75, em torno dos 10‰; 1890-95, com níveis entre 10 a 15‰. Números que evidenciam a importância da hemorragia, a igualar ou superar o saldo fisiológico, normalmente da ordem dos 10‰. Um facto que exige uma grande capacidade de centripetação demográfica para recompor o mercado de trabalho e obstar à letargia económica, superado com as contra-correntes que do Norte e do Interior afluem, desde sempre, ao litoral urbano.

No quadro das "leis da emigração", tal como Ravenstein as apresentou, esta corrente emigratória incorpora um reduzido número de mulheres, na sua maior parte em situação de reagrupamento familiar. Em termos relativos, podemos dizer que a percentagem de mulheres era muito

reduzida de início, não ultrapassando os 5% do fluxo até 1851 (Gráfico II). A partir daí, a participação feminina salta para o dobro, oscilando em torno dos 10% até 1878, subindo depois gradualmente até atingir picos de 30% na última década do século. Se notarmos que neste volume se integram crianças de tenra idade, compreendemos melhor a importância crescente da emigração familiar, aspecto que tanto apavorou políticos e publicistas do fim do século, pela perspectiva de abandono definitivo da terra que tal emigração configurava.

Gráfico I: Taxas brutas de emigração e médias móveis – distrito do Porto (%)

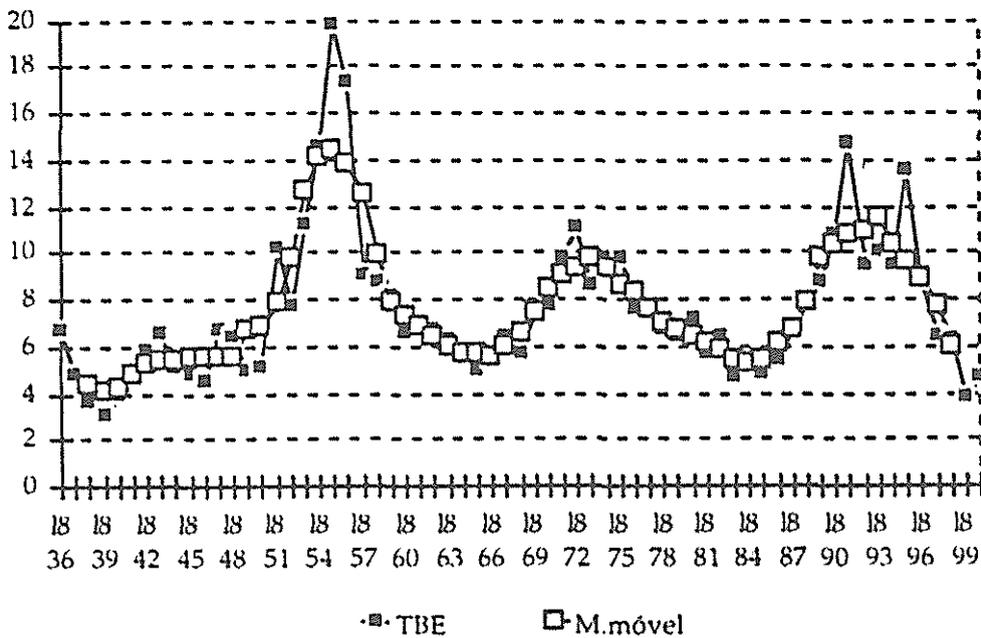
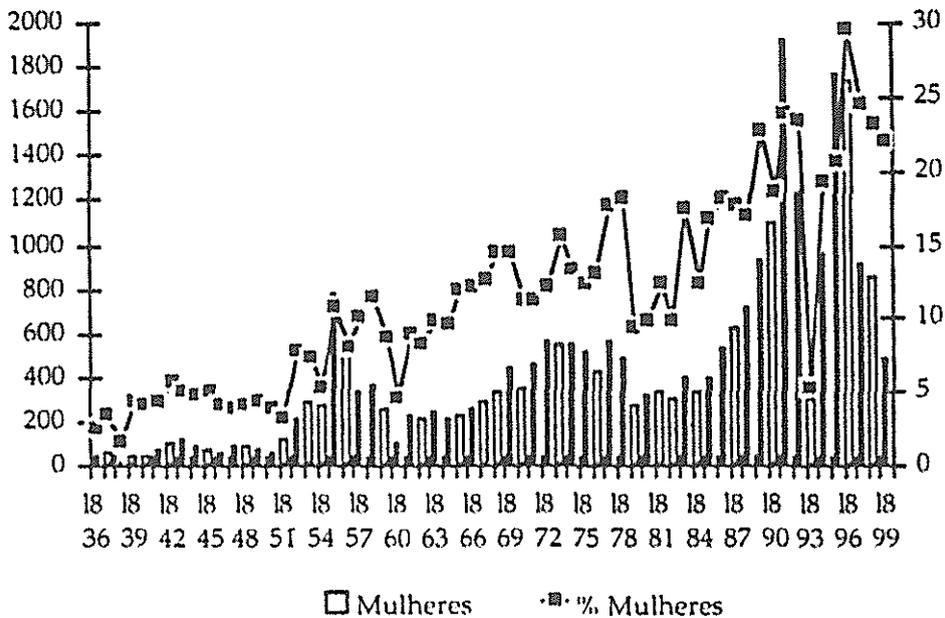


Gráfico II: Emigração feminina no distrito do Porto



Sublinhe-se que para este efeito concorriam factores diversificados: a) a política de imigração brasileira; b) o processo de proletarização crescente nos campos de Portugal, com a introdução da legislação liberal sobre a propriedade e hipotecas desde a década de 60, e a posterior crise económica da década de 90; c) a quebra do câmbio do Brasil que inviabilizava as pequenas remessas para sustento dos familiares em Portugal, obrigando ao reagrupamento.

Evolui, em consonância, o perfil do emigrante, facto bem visível por exemplo, ao nível do estado civil. Se nos anos 30, o rapaz solteiro dominava na corrente emigratória, em níveis de 95%, a partir de 1854 o casado passa a representar cerca de 20% e a partir de 1868, já se situa nos 30%. Na década de 70, casados e solteiros alternam-se em importância, oscilando em torno dos 50%. Naturalmente que esta evolução representa alterações sensíveis ao nível dos reflexos quer demográficos, quer económicos. A emigração de jovens fornece uma maior autonomia aos seus protagonistas, já que as obrigações filiais não assumem o carácter impositivo das conjugais, no que se refere ao retorno ou ao envio de remessas. Mas se à emigração de casados suceder o reagrupamento familiar então a emigração tende para definitiva, sendo este o espectro que se desenhava com mais tendência no final do século, e a que a legislação se procurava opôr, procurando propiciar a fragmentação conjugal.

Note-se, no entanto, que, no caso do Porto, o reagrupamento familiar não ultrapassou para o período em estudo o nível dos 25% do fluxo de homens casados, favorecendo largamente a fragmentação familiar, de forma que 3/4 daqueles partiam a pensar na família que deixavam em terra.

O padrão etário evolui no mesmo sentido (Quadro I). Em termos modais, o emigrante era um jovem de 13/14 anos, com ligeiras oscilações. Já a idade média sobe continuamente: partindo dos 18-19 anos na década de 30, fixa-se a partir da década de 50 na casa dos 25 anos, para nos finais de 70 estacionar acima dos 30 anos. É claro que nestes indicadores (como nos restantes) pesa o "falhanço" da emigração clandestina, que normalmente faria descer estes números, já que o clandestino é, regra geral, um indivíduo em idade próxima ao recrutamento militar, de que procura fugir. No entanto, a tendência é por demais evidente: se antes de meados do século, o tempo individual da emigração se situava entre os 10-24 anos, não sendo expressiva a dispersão em torno deste escalão, à medida que avançamos no século a emigração generaliza-se a todas as idades da fase adulta, mostrando a mutação de factores sociais: a emigração já não é só um dispositivo de "arrumação" para jovens, pois surge também como um acto de sobrevivência para pessoas já instaladas

na vida, mas em condições precárias, não hesitando em procurar mais longe a solução para os seus problemas.

Quadro I: Distribuição de idades na emigração – Porto (sexo masculino)

Idades	1845		1865		1879	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0 - 4	2	0,1	24	1,4	43	1,6
5 - 9	24	1,5	32	1,8	58	2,2
10 - 14	349	21,6	604	34,7	126	4,8
15 - 19	482	29,9	69	4,0	86	3,3
20 - 24	272	16,9	174	10,0	366	14,0
25 - 29	197	12,2	193	11,1	493	18,9
30 - 34	92	5,7	203	11,7	382	14,6
35 - 39	69	4,3	173	9,9	385	14,8
40 - 44	44	2,7	90	5,2	267	10,2
45 - 49	22	1,4	80	4,6	184	7,1
50 - 54	21	1,3	46	2,6	116	4,4
55 - 59	4	0,2	15	0,9	67	2,6
60 - 64	2	0,1	10	0,6	20	0,8
≥ 65	1	0,1	10	0,6	15	0,6
Ind.	33	2,0	17	1,0		
Total	1614	100,0	1740	100,0	2608	100,0

Fenómeno de relação entre dois espaços sociais, a emigração não decorre apenas por decisão da região de partida, isto é, por razões expulsivas: está também dependente da região de acolhimento, neste caso o Brasil, destino quase exclusivo da emigração portuense no século XIX. No entanto o Brasil recém-independente sempre foi um espaço muito aberto à imigração, procurando continuamente atrair uma mão-de-obra europeia que, por um lado, levasse alguma qualificação profissional, ainda na fase da escravatura, quer depois uma mão-de-obra desqualificada que preenchesse o vazio de mão-de-obra provocado pela abolição gradual da escravidão. Essa "informação" articula-se com o quadro expulsivo, provocando mutações no âmbito da extracção sócio-profissional (Gráfico III). Se no início do século, o artesanato era o sector mais referenciado na categorização das profissões declaradas pelos emigrantes, no final do século o artesanato troca com as actividades agrícolas a primazia. Mantem-se ao longo do período um quota próxima dos 25% para os originários do terciário (fundamentalmente comércio), evidenciando a persistência da corrente tradicional de emigração, baseada no comércio e ofícios, ainda que cedendo terreno à corrente de extracção rural.

Gráfico III: Emigração por sectores de actividade – distrito do Porto

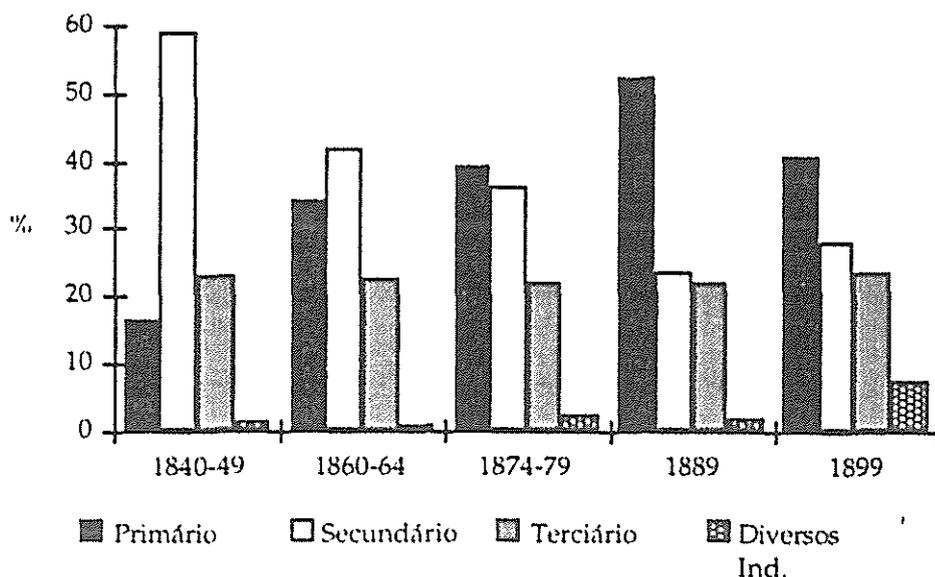
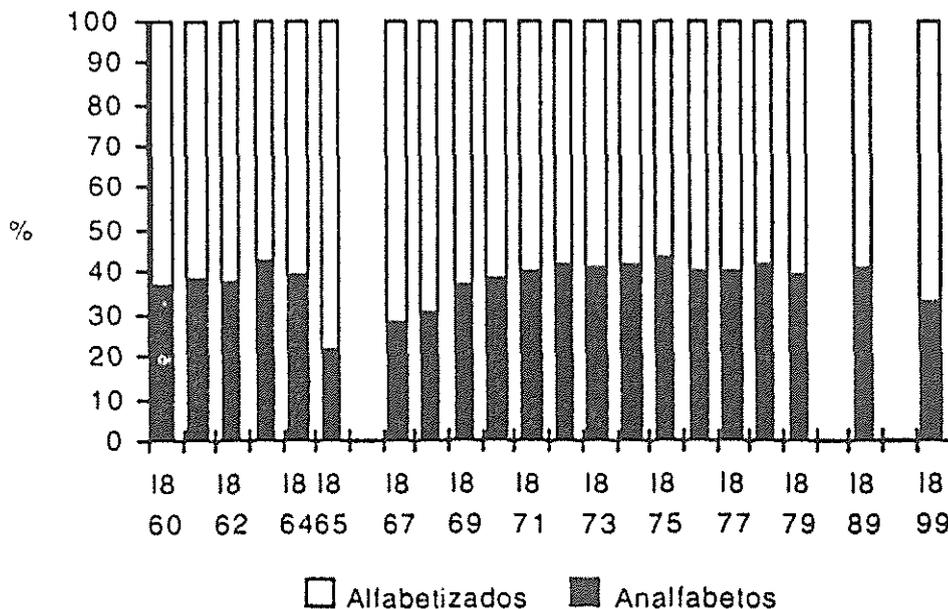


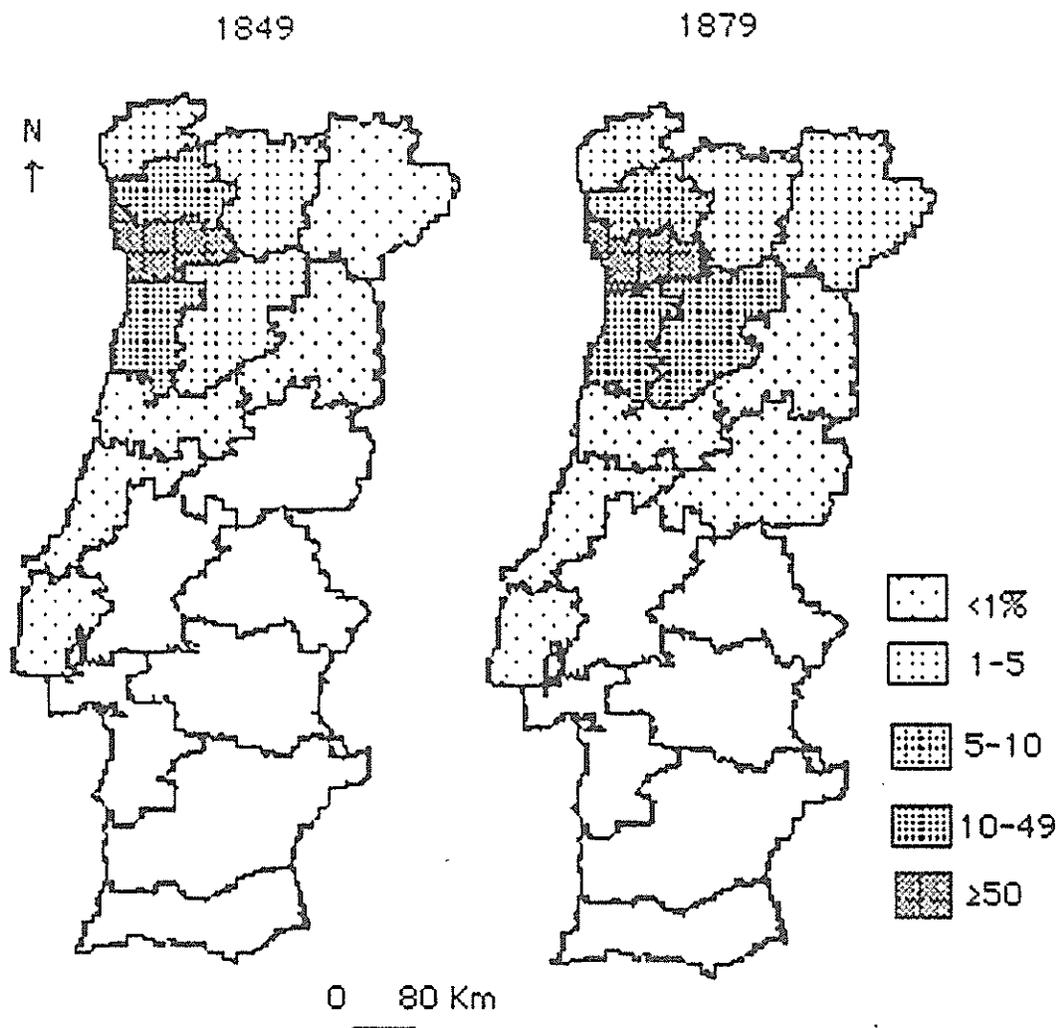
Gráfico IV: Alfabetização na emigração do distrito do Porto



A desqualificação profissional do emigrante está à vista, à medida que a emigração supera o modelo tradicional, isto é, inserido nas redes de comércio e artesanato, a partir de uma extracção citadina ou peri-urbana que tinha no Porto o pólo de referência, e se propaga directamente às regiões rurais, alastrando a todo o Norte e Centro de Portugal. Mas devemos dizer que a regra de partirem os mais habilitados também aqui se observou. Com efeito o nível de analfabetismo da corrente emigratória do distrito do

Porto é da ordem dos 40% (Gráfico IV), quando o analfabetismo atingia para o distrito níveis próximos de 70%, apresentando ainda esta percentagem a corrente emigratória de âmbito nacional. A corrente migratória portuense tinha neste domínio um paralelismo com os níveis de alfabetização da Cidade, praticamente idênticos, mostrando que o "saber ler e escrever" é, por si só, um factor de saída dos campos, rumo à Cidade ou à emigração, em face de novas expectativas criadas. Mas importa sublinhar que a preocupação com o ensino das primeiras letras aos candidatos à emigração era uma preocupação palpável das famílias, conscientes de que só a alfabetização permitiria singrar num mundo em que a força braçal era desempenhada pelos escravos, o mesmo se passando, de resto, com a aprendizagem de ofícios. Esta consciência das vantagens da instrução era tão nítida que os próprios emigrantes, ainda no Brasil e especialmente no retorno, promoviam campanhas para a criação de escolas e dotaram grande número de estabelecimentos para esse efeito.

Mapa II: Naturalidades na emigração do distrito do Porto



Importa ainda referenciar que a emigração oitocentista que do Porto se dirigia ao Brasil raramente era um movimento linear entre os dois pólos –de partida e de recepção–. Grande parte dos emigrantes residentes no distrito do Porto na altura da partida eram, na realidade, naturais de outros distritos do País, particularmente dos mais próximos –Braga, Aveiro, Vila Real e Viseu (Mapa II)–. Embora haja uma trama social que desenvolve mecanismos de exclusão e impele os indivíduos à emigração, esta raramente se verifica directamente, antes se observa um verdadeiro processo de emigração por etapas. O êxodo rural, a ida para a cidade e suas zonas envolventes, ocupando nichos de mercado de trabalho deixados pelos emigrantes anteriores, torna-se a primeira etapa para novos candidatos à emigração que não dispõem de meios económicos ou de protecção familiar, que não estão inseridos em redes migratórias ou que não têm acesso aos meios de saída para o lado de lá do Atlântico. Assim, com esta etapa urbana ou peri-urbana consegue-se o aforro indispensável com os gastos de viagem e facilita-se a inserção em redes já existentes (nomeadamente, a "recomendação" comercial), adquirindo o "conhecimento" necessário. Por outro lado, gradualiza-se o processo de ruptura psicológica com o horizonte paroquial de origem e de interiorização de deslocado, aprendendo-se a viver em ambientes sucessivamente mais amplos em todos os sentidos.

3.

Finalmente, a problemática do retorno. A falta de registos de entrada, em contraste com os procedimentos de saída, bem como a despreocupação social com este aspecto da mobilidade, tem levado a um menosprezo do retorno e da sua importância. Tanto mais que a partida do emigrante era oficialmente envolvida num discurso patológico de abandono da Pátria, para o qual o reconhecimento de um retorno considerável não surgia como a outra face da moeda mais conveniente, ao nível discursivo. Por outro lado, a informação vinda do Brasil, especialmente a consular, veicula a ideia da fácil integração do português na sociedade de adopção, criando rapidamente raízes locais que o desviam do retorno. Ora a verdade é que se a emigração de jovens ou familiar era, frequentemente, definitiva, havia, ainda assim, um caudal não desprezível de retorno que se pode avaliar em termos médios pelos 40%, a partir de informações dispersas. Por outro lado, não podemos esquecer que a emigração nas estatísticas oficiais se está subavaliada pelo que respeita à emigração clandestina, está também sobreavaliada pelo que compreende de reemigração (podemos avaliar uma reemigração mínima de 7% na co-

rente portuense entre 1836-1879, quando a clandestina é avaliada em 5% para o mesmo período), o que complica estimativas fidedignas nesta área.

Em todo o caso, tal percentagem de retornos não era compatível com grandes riquezas, mas apenas com pequenos "pés-de-meia", pequenas poupanças que permitiam alguns investimentos e constituíam a base para algum negócio ou para revitalizar a unidade agrícola. A partir de uma amostra de retornados do Brasil para o período 1863-73, podemos qualificar o "brasileiro", enquanto emigrante de retorno: uma idade média de 42 anos, concentrada em torno dos 35-49 anos; um tempo de ausência muito variável mas em que 50% não ultrapassam os 10 anos de Brasil; uma riqueza média de cerca de 10 contos de réis, mas em que 51% não atinge os 3 contos. Quer dizer, o imaginário popular do "brasileiro" velho e rico só pontualmente se ajustava à realidade, mas a acção filantrópica (escolas, asilos, esmolas) destes e a sua exteriorização de sinais de riqueza (a casa, a quinta, o investimento ou a compra de dívida pública) criavam sentimentos emulativos entre a população que os contemporâneos apontavam como uma das causas da emigração, num processo relacional e circular. Tanto mais que esta imagem se cruzava com a de elementos ainda jovens e dinâmicos que, partindo do capital monetário e de conhecimentos amealhado na emigração, voltavam por cima, protagonizando na vida política e de negócios, acedendo a alianças nupciais que lhes consagravam uma mobilidade social ascendente.

4 .

Concluindo: a emigração em cadeia do Norte de Portugal, e do distrito do Porto em particular, nos seus destinos e modalidades, assentou numa teia de relações que se configurou num determinado "modelo de informação", sobre o qual se tomaram decisões pessoais e familiares e se estruturaram representações e comportamentos colectivos. Enquadrada por familiares e amigos a "arrumação" de jovens, o sucesso passou a ser interpretado como produto das qualidades individuais de trabalho e perseverança, branqueando o efeito de exclusão familiar e social de partida, bem como os processos de proletarização mais tardios. Se esta imagem possuía alguma verosimilhança na fase colonial, perdeu rapidamente o sentido face à dinâmica histórica pós-independência do Brasil, no processo permanente de reestruturação geográfica e económica da economia-mundo. Mas foi no quadro acima apontado que a emigração se tornou num expediente pacífico, eficiente e consensual aos olhos da maioria da população para a colocação massiva de jovens em espaços geográfica-

mente muito afastados da família. E depois dos jovens são as famílias que partem, essencialmente de forma fragmentada, através de homens casados, o que propiciou reflexos demográficos e económicos que alimentaram durante largo tempo uma "economia de subsídio".

Bibliografia

- ALVES, Jorge Fernandes, 1994, *Os Brasileiros - Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Edição de autor, Porto.
- ANÓNIMO, 1843, "Emigração", *Revista Universal Lisbonense*, 3º tomo, p. 231.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho, 1983, *Emigração Portuguesa - suas origens e distribuição*, ICLP, Lisboa.
- BAGANHA, Maria Ioannis Benis, 1990, *Portuguese Emigration to the United States, 1820-1930*, Garland Pub., New York.
- BRANDÃO, Maria de Fátima, 1994, *Terra, Herança e Família no Noroeste de Portugal - O caso de Mosteiro no século XIX*, Afrontamento, Porto.
- BRETTELL, Caroline B., 1991, *Homens que partem, mulheres que ficam*, D. Quixote, Lisboa.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, 1978, "L'émigration Portugaise (XVe-XXe siècles) - une constante structurale et les réponses aux changements du monde", *Revista de História Económica e Social*, 1, 5-32.
- LEITE, Joaquim Costa, 1993, *Portugal and Emigration, 1855-1914*, Ph. D. Dissertation, Columbia University.
- MACEDO, Duarte Ribeiro, 1675, "Sobre a Introdução das Artes", in Sérgio, António, 1974, *Antologia dos Economistas Portugueses*, Sá da Costa, Lisboa.
- PEREIRA, Miriam Halpern, 1981, *A Política Portuguesa de Emigração, 1850-1930*, A Regra do Jogo, Lisboa.
- PEREIRA, Miriam Halpern et al., 1993, *Emigração/Imigração em Portugal*, Fragmentos, Lisboa.
- PESCATELLO, Ann Marie, *Both Ends of Journey: an historical study of migration and change in Portugal and Brazil, 1889-1914*, Ph. D. Dissertation, Columbia University.
- ROWLAND, Robert (ed.), 1990, *Contexts of Long-Distance Migration: Portugal and Brazil*, European University Institute, Firenze.
- SERRÃO, Joel, 1977, *A Emigração Portuguesa*, Livros Horizonte, Lisboa.
- TRINDADE, M. Beatriz Rocha, 1986, "Reflexos culturais da Emigração Portuguesa para o Brasil", *Análise Social*, 90, 139-156.